

Uma redefinição de conceitos

Os Estudos Surdos se lançam na luta contra a interpretação da surdez como deficiência, contra a visão da pessoa surda enquanto indivíduo deficiente, doente e sofredor, e, contra a definição da surdez enquanto experiência de uma falta. Ora, os surdos, enquanto grupo organizado culturalmente, não se definem como “deficientes auditivos”, ou seja, para eles o mais importante não é frisar a atenção sobre a falta/deficiência da audição - os surdos se definem de forma cultural e lingüística (Wrigley, 1996, p. 12). Qualquer pessoa que tenha relativo conhecimento da comunidade surda sabe que a definição da surdez pelos surdos passa muito mais por sua identidade grupal que por uma característica física que pretensamente os faz “menos” (ou “menores”) que os indivíduos ouvintes.

O conceito de surdez, como qualquer outro conceito, sofre mudanças e se modifica no transcurso da história. Estamos atravessando um momento de redefinição deste conceito (Behares, 2000?, p. 1). Historicamente se sabe que a tradição médico-terapêutica influenciou a **definição da surdez** a partir do déficit auditivo e da classificação da surdez (leve, profunda, congênita, pré-lingüística, etc.), mas deixou de incluir a **experiência da surdez** e de considerar os contextos psicossociais e culturais nos quais a pessoa surda se desenvolve; é justamente destes aspectos, dentre outros, que os Estudos Surdos passam a se ocupar.

Quanto ao **termo “surdo”**, podemos dizer que é o termo com o qual as pessoas que não ouvem referem-se a si mesmos e a seus pares. Podemos definir uma pessoa surda como aquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem.

Nos estudos Surdos não se utiliza a expressão “*deficiente auditivo*” numa tentativa de re-situar o conceito de surdez, visto que esta expressão é a utilizada, com preferência, no contexto médico-clínico, enquanto que o termo “*surdo*” está mais afeito ao **marco sócio-cultural da surdez**. Nestes Estudos se enfatiza a *diferença*, e não a *deficiência*, porque “cremos que é nela que se baseia a essência psicossocial da surdez: ele (o surdo) não é diferente unicamente porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades

psicoculturais diferentes das dos ouvintes” ((Behares, 2000?, p. 2). Ora, a distinção entre surdos e ouvintes envolve mais que uma questão de audiologia, é uma questão de significado: os conflitos e diferenças que surgem referem-se a **formas de ser**.

Esta questão é tão séria que Wrigley nos impacta com uma questão: Por que muitos surdos alegam que nasceram surdos, mas, na verdade, tornaram-se surdos como resultado de alguma doença ou outras razões? Comenta o autor: “O ouvinte há de pensar que isto tem algo a ver com a idéia de ter estado doente, ou com o sentimento de perda, ou senso de culpa, pois, para o ouvinte, a surdez representa perda de comunicação, exclusão, banimento, solidão, isolamento. Para os surdos a explicação é totalmente diferente: alegar uma surdez de nascença significa não estar “contaminado” pelo mundo dos ouvintes e suas limitações epistemológicas de som seqüencial” (1996, p. 39).

Profª Drª Nídia Limeira de Sá

Extraído de:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiWxeCQxL_SAhUElZAKHTYpDyAQFghZMAg&url=http%3A%2F%2Fwww.eusurdo.ufba.br%2Fquivos%2Festudos_surdos_feneis.doc&usg=AFQjCNEd3JtZGsp4nVuFS2VAi_PxZjUs1g